



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)Igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA ÁFRICA NO INÍCIO DO NOVO SÉCULO: INTERESSES E MOTIVAÇÕES¹

Shiguenoli Miyamoto
Universidade Estadual de Campinas
Email: shiguenoli@gmail.com

Introdução

Não se pode falar na história do Brasil, desvinculando-a do continente africano. As características da população brasileira não deixam margem a qualquer dúvida sobre a importância dos povos africanos para o desenvolvimento nacional, em todos os níveis, seja no plano econômico ou no cultural.

Por isso mesmo, ao longo dos anos, o Brasil sempre manteve olhares voltados para o Leste, do outro lado do Atlântico. Obviamente, nem sempre a região mereceu atenção prioritária, nem se colocou como motivo de interesse permanente da diplomacia brasileira.

Contudo, poderíamos dizer que, nas quatro últimas décadas, parte da agenda brasileira foi direcionada para alguns países daquele continente, com os quais manteve intercâmbio razoável, se bem que longe do desejável.

Em parte, isto é compreensível, porque o país, além de tentar resolver seus agudos problemas internos, preocupava-se com outras questões não apenas no plano regional, sobretudo na Bacia do Prata, como também pensando em como inserir-se de maneira mais favorável no sistema internacional.

Assim, escolhas foram feitas, dando-se ênfase na resolução das divergências ao sul do continente latino-americano. Esta parte do mundo, sem dúvida alguma, era uma das grandes frentes da política externa brasileira.² Mas, ao mesmo tempo que aquela recebia atenção por parte do governo brasileiro, outras regiões obviamente

¹ A produção deste texto e a participação no evento, contaram com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa (1B) concedida ao autor. Este escrito é uma primeira aproximação ao tema que será, posteriormente, ampliado e solidificado com dados empíricos, e faz parte de um projeto sobre as relações do Brasil com o continente africano, ora em desenvolvimento.

² A Argentina sempre foi uma das prioridades da política externa brasileira. Tradicionalmente o chanceler havia ocupado o cargo de embaixador naquele país. Em uma pesquisa realizada por BARROS (), feita com representantes do corpo diplomático brasileiro, a Embaixada na Argentina recebeu a pontuação máxima, ao lado de outros grandes países como Estados Unidos e Inglaterra.

2

também eram alvo de interesse, tanto em termos bilaterais quanto no plano multilateral.

Se bem que a Europa, o Japão e os Estados Unidos, como grandes potências, nunca tenham deixado de ser altamente considerados na agenda do governo brasileiro, momentos houve em que dentro de uma perspectiva de aproximação com o Terceiro Mundo, os países árabes e africanos passaram a desempenhar papel de relativa importância nos negócios internacionais do Brasil.

Atravessando o oceano

Nas décadas mais próximas, os anos 60 do século passado podem ser tomados como referencial, para mostrar o interesse, mas não necessariamente crescente e regular, da África na pauta da política externa brasileira. Com Jânio Quadros e João Goulart, os países pobres passaram a jogar papel de certo realce, com a denominada política externa independente, procurando distanciar-se sobretudo da influência norte-americana.

Nada mais natural, naquele momento, que grande parte do continente africano, no contexto de sua libertação das metrópoles, se mantivesse relativamente afastado das grandes potências e do mundo ocidental.

As escolhas feitas pelo governo brasileiro, na primeira metade da década de 60, estiveram, porém, longe de apresentar resultados satisfatórios ou incremento do comércio, inclusive pelas dificuldades decorrentes da situação enfrentada pelos países recém libertos do jugo colonialista.

No primeiro governo militar, com o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a África recebeu atenção quando se falou na comunidade luso-afro-brasileira.

A grande investida em direção ao continente africano, porém, deu-se sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici, através de seu ex-ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza. Foi em 1969 que, em périplo ao além-mar, oito países foram visitados pelo ex-chanceler, em uma política de aproximação e identificação com o Terceiro Mundo.

3

Por que essa iniciativa não prosseguiu, ou não continuou recebendo significado crescente na agenda nacional, no início dos anos 70? Vários motivos poderiam ser aqui elencados. Um deles, as divergências no seio do próprio Ministério das Relações Exteriores, com tendências favoráveis e outras nem tanto ao aprofundamento das relações com o continente africano, quando outras alternativas também se apresentavam, como a própria Europa ou os Estados Unidos.

Outro motivo relacionava-se com as concepções distintas de quais deveriam ser as prioridades do país, que experimentava taxas de crescimento considerável naqueles anos do milagre econômico, em que se opunham, de um lado a Chancelaria, e, de outro, os ministérios econômicos, mormente o da Fazenda, chefiado por Antônio Delfim Neto.

Assim, o Primeiro e o Terceiro Mundo surgiam como as opções da atuação brasileira para o exterior, dependendo das capacidades e influências de cada setor, junto ao *locus* decisório.

As instâncias econômicas apresentavam o que, para elas, eram fortes argumentos, naqueles anos: por que negociar com a África? Se compram, não podem pagar. Não têm nada para vender e, além do mais, concorrem com os mesmos produtos brasileiros no mercado internacional.

Junte-se a essas divergências, os problemas que o país passou a enfrentar, depois de 1973, após o primeiro choque do petróleo. Isto, sem considerarmos, ainda, as clivagens verificadas dentro do regime, com as diversas tendências digladiando entre si pela manutenção do modelo político, ou pelo seu relaxamento, e que afetavam o encaminhamento da conduta internacional brasileira.

O grande problema, todavia, da política externa brasileira, não apenas daquele, mas também de outros períodos, e que pode se facilmente percebido nessas desavenças, mesmo quando se apresentou um quadro altamente favorável para a projeção internacional do país, foi sempre a carência de um projeto e de uma estratégia de inserção global, de médio ou de longo prazo.

As rugas entre os diversos agentes responsáveis pela conduta internacional do Brasil, deixam visível que a política estabelecida, qualquer que fosse ela, referia-se a um breve período, principalmente, enquanto aquele grupo estivesse no controle do

4

aparato de Estado. Por isso, jamais teve continuidade, oscilando conforme as facções que se revezavam no poder.

Ainda que tendo dificuldades, e com baixa prioridade na agenda da política brasileira, sob nova orientação, tanto política quanto ideológica, com o governo do general Ernesto Geisel, a África acabou recebendo alguma importância no período em que Antônio Azeredo da Silveira chefiou o Ministério das Relações Exteriores.³

Mas, não era apenas a África um dos alvos de atenção do governo brasileiro. Agora, sob a égide do pragmatismo responsável, com certo distanciamento dos Estados Unidos, não só a República Popular da China, mas também Angola e Moçambique ocuparam espaços na agenda nacional.

Recém-libertos dos grilhões colonialistas, os países liderados por Agostinho Neto com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e Samora Machel com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) receberam já em 1975, o reconhecimento do governo brasileiro, mesmo com os combates ainda se realizando nas cercanias de Luanda.

Resultados concretos? Pouco se pode elencar como ativo do governo brasileiro por tais medidas, além do reconhecimento explícito manifestado pelos novos mandantes de Angola e Moçambique.

O importante, contudo, era o novo comportamento adotado pelo governo brasileiro, desfiliando-se da tradição ideológica anti-comunista, que renegava países seguidores ou simpáticos à causa marxista. Não era mais a ideologia o condutor da política brasileira, mas sim os mercados, ainda que incipientes. Da mesma forma, via-se os demais países como aliados, e não como amigos, pelo menos enquanto os interesses convergissem na mesma direção.

³ A atuação do governo Geisel na África e, por exemplo, uma tentativa de comparação com o primeiro governo Lula pode ser encontrada em SCHUTZER (2009). Há uma literatura razoável sobre as relações do Brasil com a África que, por limitação de espaço, não é aqui mencionada. Entre autores que têm trabalhado com o tema, mais recentemente, e de forma constante, podem ser lembrados, entre outros: Pio Penna Filho, Cláudio Oliveira Ribeiro, José Flávio Sombra Saraiva, Henrique Altemani de Oliveira, Fernando Augusto Albuquerque Mourão. Às vezes, um ou outro desses tem atuado com menos frequência sobre o assunto. Há, ainda, várias contribuições interessantes sobre as relações Brasil-África produzidas na academia. Focalizando as relações Sul-Sul e, por extensão, ao continente africano, a bibliografia é bastante extensa e encontrada, por exemplo, em publicações como *Revista Brasileira de Política Internacional*, *Contexto Internacional*, *Cena Internacional*, etc.



5

Pouco importa, neste momento, realçar se se tratava de uma boa ou má opção. Esta, além de se colocar como um critério difícil para avaliar políticas, pouco ajudaria para entender os motivos que levaram o governo Geisel a se aproximar de outras potências ao mesmo tempo, em busca de novas alternativas, sem se distanciar demasiadamente dos Estados Unidos. Importa enfatizar, isto sim, que o fato de o Brasil reconhecer e manter relações amistosas com dois países recém-libertos, ainda que destituídos de condições ideais, naquela oportunidade, se converteriam na grande porta de entrada para os produtos e serviços brasileiros, anos depois, em todo o continente.

É bem verdade que o relacionamento do Brasil em terras africanas se manteve discreto, na segunda metade dos anos 70 e por toda a década dos 80. Motivos para tal comportamento podem ser facilmente encontrados.

Entre esses, problemas do país com seu principal parceiro no continente, principalmente, em torno da construção da barragem de Itaipu, divergências com os Estados Unidos, na questão dos direitos humanos, pelo acordo nuclear firmado com a República Federal da Alemanha em 1975 e com o voto na Organização das Nações Unidas, considerando o sionismo como forma de racismo, nos mesmos anos da crise do petróleo.

Deve-se considerar, além disso, o quadro institucional doméstico difícil que Ernesto Geisel enfrentava com as eleições, com o aparato de repressão responsável pelas mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, com o ministro do Exército general Sylvio Frota, com o fechamento do Congresso, com a reforma do Judiciário, e caminhando para o final da legislação excepcional, no contexto da distensão lenta e gradual.

Se bem que o quadro interno não possa ser diretamente e unicamente responsabilizado pelo esquecimento da África como parceiro significativo, a partir do final da década de 1970, não resta dúvida de que a forma como o governo percebia o mundo, obrigava-o a estabelecer prioridades, onde nem sempre o continente africano merecesse ocupar lugar privilegiado.

Iniciativa de grande porte envolvendo o Brasil e parceiros do outro lado do Atlântico Sul, seria realizada, já no mandato de José Sarney, em 1986, quando por

6

iniciativa do próprio governo se criou, através da Organização das Nações Unidas, a Zona de Paz e de Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACS). Com a adesão de países ribeirinhos do lado de lá, a região se transformaria em local onde disputas militares não deveriam ocorrer, ao mesmo tempo que o conflito Leste-Oeste deixaria de ser qualquer referência para a área. (RPEB, 1986)

Certamente, não se verificou, entendimento similar entre as duas grandes instâncias voltadas para o tema, no governo brasileiro. Por isso, militares e diplomatas manifestaram claramente pontos de vista divergentes. Enquanto para os últimos, os conflitos deveriam desempenhar papel secundário na agenda internacional do Brasil, para o estamento militar, o fato de regimes entendidos como hostis, com doutrinas consideradas espúrias, portanto, distantes daquele ideal pelo qual fizeram o movimento de 1964, estarem ocupando espaços do outro lado do grande lago atlântico, não deveria ser desconsiderado.

Daí as ressalvas entre os dois agentes, com visões distintas sobre o encaminhamento da proposta brasileira para a criação da ZOPACS, lembrando que não-militarização não significaria automaticamente desmilitarização. Conforme se pode depreender das declarações isto ficava bem nítido, como a imprensa mesmo ressaltava: “o conceito de não-militarização da área por países a ela estranhos não pode ser confundido com o de desmilitarização, no sentido de redução da capacidade de atuação militar dos países da região” (OESP, 1986).

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) poderia ser entendida como a próxima grande iniciativa que juntou não apenas Brasil e países africanos, mas todos aqueles que tinham o Português como língua oficial.

Embora nunca tivesse atingido os objetivos a que se propunha, a iniciativa, serviu, contudo, para aproximar os países de língua portuguesa, favorecendo a criação de inúmeros convênios e acordos culturais, dentre os quais a reforma ortográfica.

O Hemisfério Sul na política externa brasileira



7

Na virada do século, parte da agenda brasileira voltada para o exterior, sofreu significativas mudanças. Uma delas diz respeito à importância assumida pelo Hemisfério Sul na pauta do Itamaraty, retomando, em parte, aqueles tempos vividos na década de 1960. Desde o início de seu governo, Luiz Inácio Lula da Silva enfatizou que o relacionamento Sul-Sul seria uma de suas prioridades.

Ou seja, pensava-se em aumentar o intercâmbio com os demais países situados nesta parte do mundo e que, até então, pouco papel desempenhavam na formação do sistema internacional. Destarte, a América do Sul, o continente africano e os países árabes passariam a jogar papel de relevo e receber atenção cada vez maior por parte do governo brasileiro. Isto não significava que o Brasil passaria a ignorar os grandes países, os emergentes ou as organizações internacionais.

Na realidade, o país passaria a agir em diversas frentes, simultaneamente. Essa atuação visaria alcançar vários objetivos. Entre esses, procurar alterar a configuração do poder mundial, dar maior peso aos países em desenvolvimento e aos denominados emergentes e, por consequência, realçar o papel do Brasil como agente de primeira grandeza.

Por isso, passou a fazer demandas para ocupar cargos de direção das mais importantes organizações mundiais, sugerir propostas para resolver os grandes problemas mundiais, como o combate a fome e a questão ambiental, apresentar-se como mediador de conflitos, participar ativamente de missões de paz, ao mesmo tempo, criticando as políticas protecionistas dos grandes Estados e clamando por modificações na estrutura de poder. No plano regional, deu ênfase no aprofundamento das relações com os vizinhos do continente.

Obviamente, nem sempre o país conseguiu êxito em suas reivindicações, por dois grandes motivos. O primeiro deles, a falta de capacidade para sensibilizar as grandes potências sobre a necessidade de que essas abrissem mão de parcela de seu poder, em favor dos menos favorecidos, e aumentando a participação dos pequenos e médios países nos negócios mundiais. Em segundo lugar, o país nunca teve capacidade suficiente para, sozinho, ou mesmo em conjunto seja com os vizinhos do continente, ou com os outros de além-mar, de realizar alterações substantivas que pudessem impactar as relações internacionais, ou mesmo pressionar eficazmente as



8

grandes potências, por exemplo do G-8, além da forte retórica presente ao longo dos anos.

Alie-se a esses elementos desfavoráveis, muitas decisões tomadas contrariando vontades das grandes potências, ou exagerando seu próprio poder que, no final, se mostraria sempre bem diminuto frente ao das grandes potências, ainda que essas, com frequência, lhe creditassem, também retoricamente, o status de potência mundial e parceiro do mesmo nível. Por isso, o Brasil jamais conseguiu ingressar no G8, uma de suas prioridades iniciais, depois substituída por uma presença mais acentuada no G20.

É neste contexto de aproximação e aprofundamento das relações do Brasil com as nações do Sul, que deve ser entendida a ampliação do papel que o país passou a exercer nesta região, na primeira década do século XXI. Até então, o Hemisfério Sul recebera atenção mais restrita, se bem que desde a década de 1960, já fosse alvo de algumas iniciativas, com a política externa independente, com o terceiro-mundismo e com o Grupo dos 77, jogando às vezes no Primeiro e no Terceiro Mundos simultaneamente.

Mas, sem sombra de dúvida, a presença maior do Brasil no relacionamento Sul-Sul e, por conseqüência, com o continente africano passou a ser mais forte no período mais recente. Isto não significa dizer, por outro lado, que a África passou a desempenhar papel de parceiro mais importante da política externa brasileira. Os indicadores são claros a esse respeito. Embora houvesse crescimento substantivo do intercâmbio econômico entre os dois lados do Atlântico, o mesmo está bastante distante daqueles observados em seu continente de origem, com os Estados Unidos, com a Europa e com os países asiáticos.

O continente africano colocou-se mais em evidência na agenda brasileira, que deixou de privilegiar tão-somente os vínculos com as grandes potências, através das parcerias seletivas.

Novas demandas e interesses

Os olhares brasileiros para o continente africano não ocorreram por acaso. Voltaram-se para lá dentro de uma percepção mais ampla, de ocupar maiores espaços



9

no cenário internacional, embora de maneira desordenada. Ou seja, na impossibilidade de convencer os grandes a atender as reivindicações dos demais países, que considera justas, o governo brasileiro abriu frentes diversas na tentativa de tentar equilibrar a balança. Muitas vezes, de forma atabalhoada, sem dúvida, daí as inúmeras críticas não apenas ao estilo, mas às ambições realizadas sem o devido suporte, ou mesmo cometendo erros de cálculo.

De forma sucinta poder-se-ia dizer que voltar-se para a África significaria atender, em parte, a diversas necessidades e ambições do Brasil. Em primeiro lugar, procurar ocupar um espaço que ainda não estava completamente preenchido, já que o continente nunca foi considerado prioritário pelas potências ocidentais, muitas delas cansadas dos desmandos ocorridos em grande parte das nações africanas.

Em segundo lugar, aproximar-se do continente significaria a possibilidade de, igualmente, vender produtos e serviços, sobretudo em áreas nas quais o Brasil tem grande capacidade, como a construção de barragens, estradas e trabalhos de infraestrutura geral. Além do mais, poderia arregimentar apoio para suas reivindicações, como a presença mais ampla nos organismos internacionais, principalmente, em entidades como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. As motivações do governo brasileiro estavam orientadas tanto para o interesse econômico, mas principalmente, pensadas em termos de apoios políticos.

A entrada com mais ímpeto na África poderia, também, ser percebida sob diversos prismas. O primeiro deles, com os países de língua portuguesa, através de iniciativas anteriores que vão desde o reconhecimento de Angola, Moçambique e Guiné Bissau em meados dos anos 70, até a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), aqui valendo os tradicionais vínculos com a história brasileira. Em segundo lugar, por intermédio da União Africana. Em terceiro lugar, com a África do Sul, considerada como o Brasil, potência emergente, tanto em termos bilaterais quanto nos foros multilaterais como o IBAS. Por último, com os países que ocupam espaço considerável no continente, de língua inglesa e francesa, como o Congo e a Nigéria.

Em todos os casos, os intercâmbios se deram em vários níveis: no político, no econômico, no cultural, nas áreas de saúde, educação, tecnologia, e até mesmo na

cooperação militar, por exemplo, no desenvolvimento do míssil A-Darter, com o governo sul-africano.

Um balanço realizado pelo Ministério das Relações Exteriores, sobre os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, é muito claro a esse respeito, quando elenca as iniciativas tomadas pelo governo brasileiro, rumando para a África, e explicando as motivações de tais atitudes.⁴ Durante o período, o número de viagens presidenciais ao continente foi expressivo, da mesma forma que as do chanceler e de missões diversas.

No que diz respeito à primeira vertente, ou seja, aquela voltada para os países de língua portuguesa, esta sempre foi uma opção considerada normal, resultado das identificações, principalmente, culturais e históricas.

Deve-se ressaltar que, neste caso, a orientação brasileira é vista sob dois ângulos: um, no plano multilateral, através da própria CPLP que envolve outras nações além das africanas. Assim, vemos a participação, por exemplo, de Portugal e de Timor Leste, onde o Brasil teve participação significativa no processo de paz da ex-colônia.

A CPLP tem servido muito mais como um canal, onde se expressam políticas de cooperação mais limitada, como no aspecto cultural. Quer dizer, são políticas que, em termos efetivos, poucos resultados econômicos e estratégicos produzem para os lados envolvidos, além da defesa da língua portuguesa e de características comuns a todos os seus participantes.

Por isso, o Brasil, como agente maior do grupo, e por causa das disparidades de indicadores comparados com os demais membros, tem participado inclusive com recursos financeiros e humanos para a continuidade dessa empreitada.

De outro lado, dentro da própria CPLP realizam-se os intercâmbios, não necessariamente vinculados à entidade, mas sim através de relações bilaterais com aqueles que podem efetivamente produzir resultados. Assim, Angola e Moçambique, principalmente converteram-se em alvo importante da política externa brasileira, que

⁴ Embora apresentado de forma sucinta, o Ministério das Relações Exteriores colocou em sua página da internet, um documento das realizações do governo Lula, em seus dois mandatos, na arena mundial. Ali arrola as prioridades e políticas dirigidas para cada continente e organizações internacionais. Muitas informações mencionadas no presente texto, estão apoiadas em tal relatório. Consultar : <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em 10 de abril de 2011.



11

já vinha desde 1975, quando, sob o governo de Ernesto Geisel, reconhece-se esses dois países, agora livres do jugo colonialista português.

O histórico mais recente, de quase duas gerações, mostra claramente que os intercâmbios entre brasileiros e alguns africanos de fala portuguesa, em termos bilaterais, sofreram expressivo incremento, tornando-se mercado promissor para venda de produtos e serviços.

Daí Angola ter sido eleita, dentre os PALOP, como o parceiro maior, por causa de vários elementos: mercado promissor para os produtos e serviços brasileiros, além de ser fornecedor de matéria prima. É nesse país, por exemplo, que se concentra o maior número de empresas brasileiras, como a própria Petrobrás. Em nível governamental, o Brasil tem inclusive oferecido financiamentos e créditos para projetos de reconstrução do país, assolado pelos constantes conflitos.

Mais modesto do que o relacionamento com a CPLP e o PALOP africano, o intercâmbio com a União Africana ainda se encontra em fase incipiente. Isto se deve, principalmente, pelo fato de a UA ser uma entidade relativamente nova, tendo substituído a antiga a Organização da Unidade Africana (OUA), que, por sua vez, tinha sido criada em 1963, no clima do pós-colonialismo.

Pelo fato de a UA ter sido fundada apenas em 2002, como resultado do encontro realizado em setembro de 1999 entre os ex-membros da OUA, e ainda se encontrar em seu primeiro estágio, o intercâmbio com a mesma, igualmente, se mantém de forma restrita.

Mesmo assim, o Brasil já assinou alguns atos bilaterais com a referida entidade, como o Acordo de Cooperação Técnica, em 2007, além de mais três Ajustes Complementares, todos no dia primeiro de julho de 2009 para projetos na área de desenvolvimento social, de desenvolvimento sustentável na cadeia de algodão, e em projetos na área de agricultura e pecuária.

Esses atos foram resultados da visita do ex-presidente da UA, Alpha Konaré, ao Brasil em duas oportunidades, a primeira em julho de 2006 e, poucos meses depois, em fevereiro de 2007. Nesse meio tempo, o ex-presidente Lula também esteve presente na I Cúpula África-América do Sul, realizada em novembro de 2006, em Abuja, já que, ao lado da Nigéria, era um dos promotores do encontro.



12

Na terceira linha de atuação brasileira no continente além-mar, a África do Sul recebe especial atenção, em dois planos: no âmbito multilateral, como membros juntamente com a Índia, do grupo IBAS; e nas relações bilaterais, como país mais avançado da África austral, e que desempenha naquele continente, *mutatis mutandis*, o mesmo papel jogado pelo Brasil na América do Sul.

A primeira delas diz respeito às demandas que os três países apresentam, conjuntamente, como potências consideradas emergentes, para usufruírem de maior espaço na arena internacional, visando influenciar os rumos do mundo. Daí a atuação conjunta nos diversos foros globais, ainda que nem sempre, justamente pelas peculiaridades de cada um deles, tenham posturas coincidentes. Na realidade, o IBAS tem se mostrado pouco produtivo, se pensado em termos de intercâmbios econômicos e comerciais, já que se trata de um foro.⁵

Por sua vez, as relações bilaterais tem apresentado resultados mais práticos. No âmbito mais amplo do IBAS, existem 16 grupos de trabalho, tendo inclusive um dedicado especificamente a temas militares, que se reuniram em pelo menos três oportunidades: no dia 1º. de fevereiro de 2004, em 13 de outubro de 2008, e nos dias 14 e 15 de julho de 2009.

No que tange ao relacionamento brasileiro-sul africano o mesmo teve incremento basicamente a partir dos anos 90, em virtude das mudanças ocorridas na região austral do continente. A subida de Nelson Mandela ao poder (1994-1999) serviu de elemento catalisador para que o intercâmbio entre os dois países melhorasse significativamente. Até então, o Brasil mantinha-se distante e com postura crítica contra o regime segregacionista sul-africano.

O fim desse modelo propiciou rápida aproximação e colaboração em diversos itens. Destarte, visitas entre os mandatários maiores dos dois países foram realizadas. De um lado, Fernando Henrique Cardoso esteve na África do Sul em 1996, tendo Nelson Mandela retribuído a visita, vindo ao Brasil em 1998.

No fechar da década, em 2000, os dois países assinaram o Acordo de Cooperação Técnica, suficientemente amplo que envolvia, inclusive, cooperação em

⁵ Existe já considerável produção acadêmica sobre o IBAS, escrita no Brasil. Apenas, como exemplo, consultar LIMA & HIRST (org.)-(2009); BUENO (2010). Ver, também, o importante relatório feito pela UNCTAD (2010).



13

assuntos de defesa, do qual resultou, por exemplo, a possibilidade de construção do míssil A-Darter. (SILVA, 2011) Envolvendo assuntos militares, Brasil e África do Sul realizaram em 4 de junho de 2003 o Acordo de Cooperação em Assuntos de Defesa. A existência do grupo de trabalho no interior do IBAS, tratando especificamente de temas de defesa, certamente facilitou a aproximação dos dois países nessa área.

Por último, o intercâmbio maior do país com grandes nações africanas, como Nigéria e o Congo. Uma das maiores empresas brasileiras, a Petrobrás, por exemplo, é a maior parceira da Nigéria, na área, enquanto está presente, também, na Líbia, Namíbia e Tanzânia, além de Angola. Além do presidente e do chanceler, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, também esteve chefiando a missão do MDIC a África Ocidental, em 2009, visitando o Senegal, a Nigéria, Gana e a Guiné Equatorial.

O continente africano representava em 2008 cerca de 5.14% do total das exportações brasileiras, sendo responsável por 9.11% das importações nacionais, sendo o 11º maior parceiro daquela região (MRE, 2011; UNCTAD, 2010).

Considerações finais

Como pudemos observar, ainda que rapidamente, houve apreciável incremento nas relações do Brasil com a África na última década. De forma geral, isto se deve às opções feitas pelo governo brasileiro, em reforçar os vínculos com os países daquele continente, visando, atingir alguns objetivos, como vender produtos, serviços, extração de recursos naturais e obter o apoio desses em suas próprias demandas internacionais. Para a prestação de serviços e obras de infraestrutura, por exemplo, tem enviado empresas como a Petrobrás, a Odebrecht, a Camargo Correa, a Andrade Gutierrez e a Queiroz Galvão. Além do Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) marcam presença em território africano.



14

Essas ações estão bem definidas nos discursos e nas ações governamentais. O Brasil obteve, por exemplo, o apoio da CPLP em demandas nacionais, em 2004, 2006, 2008 e 2010 para ocupar o cargo de membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Conseguiu, também, o compromisso da entidade para sufragar o nome do representante brasileiro José Graziano da Silva, ao cargo de direção geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), em eleição a realizar-se em 26 de junho do corrente ano em Roma. A indicação de Graziano, encontra-se, inclusive na página do Ministério das Relações Exteriores, com ligação direta, apresentando o perfil do candidato. (<http://www.grazianodasilva.org>)

Na presente década, o Brasil abriu dezenas de embaixadas no continente africano tendo o ex-presidente visitado 29 países e o ex-chanceler realizado mais de 60 visitas aos países dessa parte do mundo.

Deve-se ponderar que, além do continente africano, privilegiar o diálogo com o Hemisfério Sul – não descurando das grandes potências - faz parte também, da necessidade de internacionalizar suas empresas, e que nem sempre encontra facilidades. Nesse caso, o Brasil enfrenta competição acirrada de outros países como a própria República Popular da China que tem investido maciçamente na região.

Apenas para efeitos de ilustração ressalte-se que o presidente chinês Hum Jintao, o primeiro ministro e o chanceler estiveram em cerca de 40 países africanos, somente em 2006. O presidente chinês vai pelo menos uma vez por ano ao continente, visitando de 6 a 8 países nessas viagens. O comércio entre os governos chinês e africanos que girava em torno de US\$ 3 bilhões em 1995 deu significativo salto para US\$ 40 bilhões em 2007. (LOPES, 2007: 24-25)

Perto desses indicadores, a participação brasileira no continente pode ser considerada tímida, embora muito mais significativa que no final dos anos 90.

No limite, pode-se dizer que a política externa brasileira, voltada para a África, procura atender as necessidades crescentes do papel que o Brasil procura desempenhar no sistema internacional. Vista como de perfil pragmático, a atuação do país nessa parte do mundo não difere, em grandes termos, do comportamento sempre adotado pelos seus antecessores, ou seja, o de obter o maior benefício possível no

15

relacionamento com seus parceiros, independentemente de quem seja, ou de suas colorações político-ideológicas.

A aproximação com o continente, longe de procurar resolver os problemas daquelas populações, almeja ampliar o espaço de atuação da diplomacia brasileira, aumentar o grau de influência junto a esses países, obter apoio para suas reivindicações e favorecer a entrada das grandes empresas brasileiras visando competir com chances de igualdade com outras similares, por exemplo, do continente asiático.

Resolver os problemas da fome e das desigualdades do continente, colocar fim aos conflitos, inserir a África na esfera mundial de poder, enquadrar-se na retórica utilizada como expediente para mostrar que o país não teria apenas interesses. Procura mostrar que se preocupa com questões humanitárias, o que corresponde em parte às verdades, mas que está longe de interpretar a verdadeira realidade, isto é, a de que os interesses sempre falam mais forte. E, para atingir os seus objetivos, utiliza-se todos os recursos, e discursos possíveis.

Referências bibliográficas

BARROS, A. S. C. –

BUENO, A. M. C. (2010) – *Política Externa Brasileiras e coalizões do Sul: o fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBSA)*. São Paulo: PUC, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais.

LIMA, M. R. S. & HIRST, M. (2009) – *Brasil, Índia e África do Sul. Desafios e oportunidades para novas parcerias*. São Paulo: Paz e Terra.

LOPES, C. (2007) – A África entre o Brasil e a China. *Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, UCAM, 29 (1-2-3) : 13-27, jan-dez.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2011) - Balanço da política externa 2003/2010. <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>. Acesso em 10 de abril de 2011.

O ESTADO DE S. PAULO (1986) – Itamaraty e militares têm opiniões diferentes. 28 de outubro, p. 6. Apud *Resenha de Política Exterior do Brasil* (1986), Ministério

16

das Relações Exteriores, Edição Suplementar, sobre a Zona de Paz e Cooperação, dezembro, p. 77-78.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL (1986), Brasília, Ministério das Relações Exteriores, Edição Suplementar.

SCHUTZER, H. (2009) – *Geopolítica brasileira na África subsaariana: assertivas cooperativas e/ou conflitivas dos governos de Geisel (1974-1979) e Lula (2003-2006)*. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado em Geografia.

SILVA, P. F. (2011) – *A cooperação internacional em programas de produtos de defesa e seus atores: o caso Brasil e África do Sul no desenvolvimento do míssil A-Darter*. Campinas, Unicamp, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais.

UNCTAD (2010) – *Economic Development in África. Report 2010. South-South Cooperation: Africa and the new forms of development partnership*. New York/Geneva.

http://www.unctad.org/en/docs/aldcafrica2010_en.pdf. Acesso em 26 de abril de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina